

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.819.427 - SP (2019/0165024-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO RAUL ARAÚJO**  
**RECORRENTE** : CONSTRUTORA OAS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL  
**ADVOGADO** : PAULO GUILHERME DE MENDONÇA LOPES - SP098709  
**ADVOGADA** : PATRÍCIA RIOS SALLES DE OLIVEIRA - SP156383  
**RECORRIDO** : BANCO CITIBANK S A  
**ADVOGADOS** : DANIEL PEZZUTTI RIBEIRO TEIXEIRA - SP162004  
RICARDO LUIZ BLUNDI STURZENEGGER - DF019535  
LUIZ CARLOS STURZENEGGER - DF001942  
BRUNO MARQUES BENSAL ROMA - SP328942

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, fundado no art. 105, III, "a" e "c", da Constituição Federal, interposto por CONSTRUTORA OAS S.A. EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL contra v. acórdão do eg. Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, assim ementado (fl. 1.737):

*“AGRAVO REGIMENTAL DECISÃO QUE NÃO CONHECEU DO AGRAVO DE INSTRUMENTO ROL TAXATIVO DO ART. 1.015 DO NCPC Hipótese em que a r. decisão monocrática não conheceu do agravo de instrumento interposto por reconhecer que decisão que indefere o efeito suspensivo aos embargos à execução, não é recorrível através da referida modalidade recursal Decisão não insere no rol taxativo do art. 1.015, do NCPC Hipótese que não se assemelha ao instituto da tutela provisória - Questão do efeito suspensivo que está diretamente relacionada com o prosseguimento dos atos executivos em desfavor do devedor, - Precedentes deste E. TJSP - Possibilidade, contudo, de suscitar a matéria não contemplada por agravo de instrumento, em preliminar de recurso de apelação ou contrarrazões Existência de julgados em sentido diverso que não vinculam o entendimento deste Julgador Ausente recurso repetitivo pacificando a matéria - Decisão monocrática em perfeita consonância com o disposto no art. 932, III, do NCPC, não havendo razão para modificação - Agravo regimental improvido”.*

Nas razões do recurso especial, a recorrente alega, além de dissídio jurisprudencial, violação ao art. 1.015, X, do Código de Processo Civil de 2015, ao argumento, entre outros, que, "(...) na medida em que a concessão de efeito suspensivo aos embargos à execução constitui-se em verdadeira tutela provisória, e considerando

*que o supracitado dispositivo legal não limita a hipótese recursal somente aos casos de deferimento da tutela provisória, mas também ao indeferimento, não há qualquer razão para deixar de se admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão que não conceda efeito suspensivo a embargos à execução (...)"*. (fl. 1.771)

É o relatório. Decido.

Como sabido, o art. 1.015 do CPC/2015 foi objeto de intensos debates nos Tribunais Pátrios, cujo cerne da discussão seria definir se o rol de cabimento de agravo de instrumento elencado na referida norma seria exemplificativo ou taxativo.

Esse tema aportou rapidamente neste eg. Tribunal, tendo sido afetado ao rito dos "recursos especiais representativos de controvérsia" nos autos do REsp 1.696.396/MT e do REsp 1.704.520/MT, ambos sob relatoria da em. **Ministra Nancy Andriahi**.

Em sessão de julgamento realizado em 05/12/2018, a eg. Corte Especial concluiu que o rol do referido art. 1.015 seria de "Taxatividade Mitigada", cuja tese ficou registrada como Tema Repetitivo n. 988, *in verbis*:

*"O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação."*

Nos debates realizados na referida Sessão de julgamento, houve preocupação dos em. Magistrados quanto aos efeitos da tese, mormente para proteger da alegação de "preclusão consumativa" aqueles litigantes que, **acreditando que o referido rol era taxativo**, não interpuseram agravo de instrumento das respectivas decisões interlocutórias exaradas antes de 05/12/2018, ou melhor, antes da publicação dos respectivos acórdãos dos REsp 1.696.396/MT e 1.704.520/MT. A título elucidativo, transcreve-se a ementa do REsp 1.696.396/MT, destacando-se o item 7, quanto à modulação de efeitos deste *decisum*:

*"RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA. DIREITO PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. IMPUGNAÇÃO IMEDIATA DE DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS NÃO PREVISTAS NOS INCISOS DO REFERIDO DISPOSITIVO LEGAL. POSSIBILIDADE. TAXATIVIDADE MITIGADA. EXCEPCIONALIDADE DA IMPUGNAÇÃO FORA DAS HIPÓTESES PREVISTAS EM LEI. REQUISITOS.*

*1 - O propósito do presente recurso especial, processado e julgado sob o rito dos recursos repetitivos, é definir a natureza jurídica do rol do art. 1.015 do CPC/15 e verificar a possibilidade de sua interpretação extensiva, analógica ou exemplificativa, a fim de admitir a interposição de agravo de instrumento contra decisão interlocutória que verse sobre hipóteses não expressamente previstas nos incisos do referido dispositivo legal.*

*2 - Ao restringir a recorribilidade das decisões interlocutórias proferidas na fase de conhecimento do procedimento comum e dos procedimentos especiais, exceção feita ao inventário, pretendeu o legislador salvaguardar apenas as 'situações que, realmente, não podem aguardar rediscussão futura em eventual recurso de apelação'.*

*3 - A enunciação, em rol pretensamente exaustivo, das hipóteses em que o agravo de instrumento seria cabível revela-se, na esteira da majoritária doutrina e jurisprudência, insuficiente e em desconformidade com as normas fundamentais do processo civil, na medida em que sobrevivem questões urgentes fora da lista do art. 1.015 do CPC e que tornam inviável a interpretação de que o referido rol seria absolutamente taxativo e que deveria ser lido de modo restritivo.*

*4 - A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria taxativo, mas admitiria interpretações extensivas ou analógicas, mostra-se igualmente ineficaz para a conferir ao referido dispositivo uma interpretação em sintonia com as normas fundamentais do processo civil, seja porque ainda remanescerão hipóteses em que não será possível extrair o cabimento do agravo das situações enunciadas no rol, seja porque o uso da interpretação extensiva ou da analogia pode desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos.*

*5 - A tese de que o rol do art. 1.015 do CPC seria meramente exemplificativo, por sua vez, resultaria na repristinação do regime recursal das interlocutórias que vigorava no CPC/73 e que fora conscientemente modificado pelo legislador do novo CPC, de modo que estaria o Poder Judiciário, nessa hipótese, substituindo a atividade e a vontade expressamente externada pelo Poder Legislativo.*

*6 - Assim, nos termos do art. 1.036 e seguintes do CPC/2015, fixa-se a seguinte tese jurídica: O rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação.*

*7 - Embora não haja risco de as partes que confiaram na absoluta taxatividade serem surpreendidas pela tese jurídica firmada neste recurso especial repetitivo, pois somente haverá preclusão quando o recurso eventualmente interposto pela parte venha a ser admitido pelo Tribunal, modulam-se os efeitos da presente decisão, a fim de que a tese jurídica apenas seja aplicável às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do presente acórdão.*

*8- Na hipótese, dá-se provimento em parte ao recurso especial para*

*determinar ao TJ/MT que, observados os demais pressupostos de admissibilidade, conheça e dê regular prosseguimento ao agravo de instrumento no que se refere à competência, reconhecendo-se, todavia, o acerto do acórdão recorrido em não examinar à questão do valor atribuído à causa que não se reveste, no particular, de urgência que justifique o seu reexame imediato.*

*9- Recurso especial conhecido e parcialmente provido."*

(REsp 1.696.396/MT, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, CORTE ESPECIAL, julgado em 05/12/2018, DJe de 19/12/2018 - g. n.)

Com efeito, após 19/12/2018, pacificada a tese no "Tema Repetitivo n. 988", é presumível fosse alegada a preclusão consumativa para os litigantes que não haviam recorrido, justamente porque acreditavam na interpretação do rol taxativo do art. 1.015 do CPC/2015. Nesse cenário, em sintonia com o princípio da não surpresa, positivado no art. 10 do CPC/2015, a eg. Corte Especial assentou que o referido entendimento somente seria cabível a partir de 19/12/2018, data da publicação do referido acórdão.

No entanto, em recente pesquisa na jurisprudência desta eg. Corte, verifica-se que a modulação dos efeitos - item 7 destacado da ementa ora transcrita - vem sendo interpretada como se **a tese da "Taxatividade Mitigada" somente fosse aplicável às decisões interlocutórias proferidas após 19/12/2018, portanto somente seria cabível a interposição de "agravo de instrumento" após essa data.** Nessa sentença, colhem-se os seguintes julgados:

*"CIVIL. PROCESSUAL CIVIL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA PROFERIDA EM SEGUNDA FASE DE AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. CONTEÚDO NÃO ABRANGIDO PELO ART. 1.015, INCISOS, DO CPC/15. ATIVIDADES JURISDICIONAIS DESENVOLVIDAS NAS DUAS FASES DA AÇÃO DE PRESTAÇÃO DE CONTAS. NATUREZA JURÍDICA COGNITIVA. FASE DE LIQUIDAÇÃO OU DE CUMPRIMENTO DE SENTENÇA QUE SOMENTE SE INICIA APÓS A PROLAÇÃO DA SENTENÇA PROFERIDA NA SEGUNDA FASE DA AÇÃO. NECESSIDADE DE PRÉVIO ACERTAMENTO DA RELAÇÃO JURÍDICA DE DIREITO MATERIAL, SEJA QUANTO AO DEVER DE PRESTAR OU DE EXIGIR CONTAS, SEJA QUANTO A APURAÇÃO DE CRÉDITO, DÉBITO E EXISTÊNCIA DE SALDO. INAPLICABILIDADE DO REGIME RECURSAL PREVISTO NO ART. 1.015, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CPC/15. AUSÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA RECORRIBILIDADE DA DECISÃO INTERLOCUTÓRIA IMPUGNADA. INAPLICABILIDADE DA TESE DA TAXATIVIDADE MITIGADA.*

*(...)*

*5 - Na hipótese, a decisão interlocutória que, na segunda fase da*

*ação de prestação contas, defere a produção de prova pericial contábil, nomeia perito e defere prazo para apresentação de documentos, formulação de quesitos e nomeação de assistentes, não se submete ao regime recursal estabelecido para as fases de liquidação e cumprimento da sentença (art. 1.015, parágrafo único, do CPC/15), mas, sim, aplica-se o regime recursal aplicável à fase de conhecimento (art. 1.015, caput e incisos, CPC/15), que não admite a recorribilidade imediata da decisão interlocutória com o referido conteúdo, não se aplicando, ademais, a tese da taxatividade mitigada por se tratar de decisão interlocutória publicada anteriormente a publicação do acórdão que fixou a tese e modulou os seus efeitos.*

*6- Recurso especial conhecido e desprovido."*

(REsp 1.821.793/RJ, Rel. **Ministra NANCY ANDRIGHI**, TERCEIRA TURMA, julgado em 20/08/2019, DJe de 22/08/2019 - g. n.)

*"AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. HIPÓTESES DE CABIMENTO. ART. 1.015 DO CPC/2015. TAXATIVIDADE MITIGADA. URGÊNCIA. INUTILIDADE DO JULGAMENTO POSTERIOR. MODULAÇÃO DOS EFEITOS. APLICAÇÃO DA TESE A PARTIR DE 19/12/2018. INTERPRETAÇÃO EXTENSIVA. INADMISSIBILIDADE. RECURSO NÃO PROVIDO.*

*1. A Corte Especial do STJ, em sede de recurso especial repetitivo, firmou a tese de que 'o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação' e estabeleceu, ao modular os efeitos, que essa tese somente se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão que a fixou, ou seja, 19/12/2018 (REsp's 1704520/MT e 1696396/MT, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, CORTE ESPECIAL, julgados em 05/12/2018, DJe 19/12/2018).*

*2. No mesmo julgamento, a Corte Especial afastou o uso da interpretação extensiva para alargar as hipóteses de cabimento do recurso de agravo de instrumento previstas no art. 1.015 do CPC/2015, porquanto poderia 'desnaturar a essência de institutos jurídicos ontologicamente distintos'.*

*3. Agravo interno não provido."*

(AgInt no AREsp 1.465.753/DF, Rel. **Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO**, QUARTA TURMA, julgado em 25/06/2019, DJe de 27/06/2019 - g. n.)

*"AGRAVO INTERNO NA TUTELA PROVISÓRIA. RECURSO ESPECIAL. AGRAVO DE INSTRUMENTO. NÃO CONHECIMENTO. HIPÓTESES DO ART. 1.015 DO CPC. LITIGÂNCIA DE MÁ-FÉ. (...)*

*3. O reconhecimento da taxatividade mitigada do art. 1.015 do CPC fora modulado, não se aplicando a decisões agravadas exaradas*

*antes da publicação do acórdão do repetitivo a tratar do referido tema.*

*(...)*

*5. AGRAVO INTERNO DESPROVIDO."*

*(AgInt na Pet 12.616/SP, Rel. **Ministro PAULO DE TARSO SANSEVERINO**, TERCEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 14/06/2019 - g. n.)*

*PROCESSUAL CIVIL. ADMINISTRATIVO. AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. SERVIDÃO ADMINISTRATIVA. ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. NATUREZA JURÍDICA. TAXATIVIDADE MITIGADA. RESPS REPETITIVOS DE NS. 1.696.396/MT E 1.704.520/MT. INAPLICABILIDADE NA HIPÓTESE. MODULAÇÃO TEMPORAL. ACÓRDÃOS COM EFEITOS APENAS PROSPECTIVOS.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.704.520/MT (Tema 988), representativo da controvérsia, firmou a tese de que "o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação". Estabeleceu-se, ainda, no referido julgamento, que a tese jurídica somente se aplicará às decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão correspondente.*

*2. No caso, é de ser mantido o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca do cabimento do Agravo de Instrumento apenas nas hipóteses previstas no artigo 1.015 do CPC/2015, uma vez que o acórdão local, e, consequentemente, a própria decisão agravada, são anteriores à publicação do acórdão desta Corte em que firmada a tese concernente à taxatividade mitigada do rol estabelecido no referido dispositivo legal.*

*3. Agravo interno não provido."*

*(AgInt no AREsp 1.270.140/SP, Rel. **Ministro BENEDITO GONÇALVES**, PRIMEIRA TURMA, julgado em 10/06/2019, DJe de 12/06/2019 - g. n.)*

*"PROCESSUAL CIVIL. NATUREZA JURÍDICA DA LISTA DO ART. 1.015 DO CPC/2015. MITIGAÇÃO DA TAXATIVIDADE DO ROL DO ART. 1.015 DO CPC/2015. TEMA 988/STJ. MODULAÇÃO DOS EFEITOS DA DECISÃO. APLICAÇÃO DA TESE PARA AS DECISÕES INTERLOCUTÓRIAS PROFERIDAS APÓS A PUBLICAÇÃO DO ACÓRDÃO.*

*1. O Superior Tribunal de Justiça, no julgamento do REsp 1.704.520/MT (TEMA 988), representativo da controvérsia, firmou a tese de que "o rol do art. 1.015 do CPC é de taxatividade mitigada, por isso admite a interposição de agravo de instrumento quando verificada a urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação". Estabeleceu-se, ainda, no dito julgamento, que a referida tese jurídica somente se aplicará às*

*decisões interlocutórias proferidas após a publicação do acórdão correspondente.*

*2. No caso, é de ser mantido o entendimento firmado pelas instâncias ordinárias acerca do cabimento do Agravo de Instrumento apenas nas hipóteses previstas no artigo 1.015 do CPC/2015, uma vez que o acórdão local, e, consequentemente, a própria decisão agravada, é anterior à publicação do acórdão desta Corte em que firmada a tese concernente à taxatividade mitigada do rol estabelecido no referido dispositivo legal.*

*3. Recurso Especial não provido."*

(REsp 1.798.886/RJ, Rel. **Ministro HERMAN BENJAMIN**, SEGUNDA TURMA, julgado em 21/03/2019, DJe de 16/04/2019 - g. n.)

*Data venia*, tem-se que o entendimento exarado nesses julgados não representa a melhor interpretação à tese expressa no Tema Repetitivo n. 988.

Com efeito, tal entendimento geraria uma situação, no mínimo, curiosa, pois nos próprios recursos especiais (REsp 1.696.396/MT e REsp 1.704.520/MT) não seria possível aplicar a referida tese, pois, por razões óbvias, as decisões interlocutórias neles encartadas foram proferidas antes de 19/12/2018.

Registre-se também que, da detida leitura dos judiciosos votos desses julgados (REsp 1.696.396/MT e REsp 1.704.520/MT), tem-se que os respectivos recursos especiais foram providos para determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal *a quo* para que continuasse no exame dos agravos de instrumentos que discutiam competência.

Nesse jaez, a interpretação que ora se questiona, caso seja mantida, levaria a outra curiosa conclusão, a de que os próprios acórdãos - que modularam os efeitos do decidido - teriam desprestigiado a modulação, pois, como dito, os recursos especiais foram providos.

Nesse cenário, com relação à interpretação à tese firmada no "Tema Repetitivo n. 988", em consonância com o art. 8º do CPC/2015, quanto à modulação de seus efeitos, conclui-se que:

a) a aludida modulação pretende proteger os litigantes da alegação de "preclusão consumativa", que poderia vir a ser feita para os casos de decisões interlocutórias, em processos em fase de conhecimento, exaradas antes de 19/12/2018 (publicação dos acórdãos do REsp 1.696.396/MT e do REsp 1.704.520/MT), em que a parte não recorreu, por entender que o rol do art. 1.015 era taxativo; e

# *Superior Tribunal de Justiça*

b) o "Tema repetitivo n. 988" é aplicável também às decisões interlocutórias, na fase de conhecimento, proferidas antes de fixada a tese, cabendo ao Tribunal *a quo* examinar a admissibilidade do "agravo de instrumento" conforme a "(...) *urgência decorrente da inutilidade do julgamento da questão no recurso de apelação*".

No caso em apreço, o v. acórdão estadual (fls. 1.733-1.754), proferido antes da fixação da tese do "Tema Repetitivo n. 988", não conheceu do agravo de instrumento, por entender que a decisão que indeferiu efeito suspensivo aos embargos à execução não seria impugnada por meio de agravo de instrumento, pois não consta no rol do art. 1.015 do CPC/2015.

Nesse cenário, o apelo especial merece prosperar.

Ante o exposto, dou provimento ao recurso especial, a fim de determinar o retorno dos autos ao eg. Tribunal *a quo* para promover a análise do cabimento do agravo de instrumento sob o prisma do Tema Repetitivo n. 988.

Publique-se.

Brasília (DF), 19 de novembro de 2019.

MINISTRO RAUL ARAÚJO  
Relator